

florianópolis
agosto de 2024

PROJETANDO NA OBSOLESCÊNCIA

uma proposta de reúso para o edifício garagem
em florianópolis

graduando joão victor ortiz
orientador ricardo socas wiese
trabalho de conclusão de curso
departamento de arquitetura e urbanismo, ufsc

AGRADECIMENTOS

aos meus pais, Laércio e Rosana, pelo apoio incondicional ao longo dos anos e por nunca terem desistido, vocês me ensinaram o valor que isso tem na vida, espero um dia poder retribuir à altura o exemplo.

aos meus primeiros amigos, Gian e Luan, que dividiram comigo este confuso caminho que é crescer, a vida se fez mais leve ao lado de vocês.

à Barbara, Bruno e Caio, que mesmo com todo o tempo e distância, se fazem presentes.

à Julia, Mariana e Wolfgang, que estão presentes em todas as boas memórias que a graduação proporcionou e que guardo com terno carinho, me alegra poder ter dividido tudo que vivi com pessoas incríveis e que admiro tanto.

à Ana, por estar ao meu lado em todos os momentos, dividindo comigo sonhos, desejos e uma vida inteira.

ao professor Ricardo, que além de orientar este trabalho, esteve presente durante toda a minha graduação, mais que um professor, tornou-se um grande amigo.

aos professores Eduardo, João, Lucas e Otávio, por todo apoio, conversas e considerações que tornaram este trabalho possível.

à Paula, Alexandre, André, Bruno e, em especial, ao Robin, por abrirem suas portas para mim em Belo Horizonte e compartilharem comigo uma arquitetura para além do que eu sonhava.

aos queridos amigos Débora, Caetano, João, Marcelo, Miguel, Rafael e Tiago por contribuírem das mais diversas formas, de referências que deram corpo a este trabalho a momentos que aliviaram a pressão deste período.

ao LabProj, que foi minha casa e escola para além da universidade em muitos momentos.

e a tantos outros, que não pude citar aqui, mas que suas presenças se fizeram importantes para a conclusão deste trabalho.

O arquiteto não é (...) um apêndice de uma máquina
constrangedora e terrível. Ao contrário, cabe-nos ajudar a
dominar, a submeter a estrutura impositiva que transforma o
homem em coisa, em vítima de sua própria criatura.

(ARTIGAS, 1964, p. 85)

i.	apresentação	08
ii.	de arquiteturas obsoletas à resignificação das mesmas	10
ii.i.	local, objeto e palimpsesto	10
ii.ii.	por que reutilizar e não demolir?	11
iii.	projetar além da obsolescência	16
iii.i.	entre a arquitetura autêntica e a sofisticação supérflua	16
iii.ii.	projeto como discurso	19
iv.	projetando na obsolescência	24
iv.i.	inserção e problemáticas	24
iv.ii.	ponto de partida	28
iv.iii.	projeto	28
v.	referências	62

A necessidade de enxergar a arquitetura como objeto cujo significado só pode - e deve - ser atribuído pelas pessoas, na banalidade do cotidiano, pareceu-me, nos últimos anos de graduação, o melhor caminho para compreendê-la. Entretanto, grande parte da produção contemporânea de edifícios e espaços na cidade está constituída dentro de um pensamento neoliberal de produção do território, avesso às apropriações democráticas, que acarreta em uma coerção do indivíduo, impedindo sua livre apropriação do espaço.

Faz-se necessário, portanto, repensar como fazer arquitetura, de modo que se possa atuar disruptivamente, constituindo ambientes que forneçam mais capacidade para abarcar a imprevisibilidade da vida urbana, priorizando a apropriação dos usuários e os contextos existentes no local, e sua renovação com o passar do tempo. Dessa forma, este trabalho desdobra-se em dois questionamentos que, de certa maneira, são análogos e darão forma às discussões aqui propostas.

Em um primeiro momento, entendo como fundamental a apreensão de que a atividade arquitetônica, cada vez mais, se distanciará do que foi há algumas décadas, onde havia uma alta demanda para a construção de novas estruturas e uma contínua expansão da

malha urbana. Atualmente, os centros urbanos já estão altamente consolidados e lidam com diversos problemas de infraestrutura ocasionados por uma má distribuição no território, atrelados a uma alta segregação social dos espaços. Assim, faz-se necessária uma reestruturação do modo que constituímos as cidades, onde a prática arquitetônica se desdobrará, cada vez mais, para intervir em estruturas já consolidadas no ambiente e memória local.

Além disso, é fundamental interpretar o projeto como uma ferramenta que potencializa a liberdade, através de sua apropriação ao longo do tempo. A arquitetura, dessa forma, não deve atuar como elemento coercitivo, que idealiza o indivíduo e sua experiência, prefigurando suas funções no espaço. Ela deve buscar compreender as necessidades e problemáticas das particularidades de cada situação a ela imposta, mas também, saber se abster, abrindo margem para apropriações e produções individuais - ou coletivas - de significado.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento deste trabalho visará a discussão destes dois temas centrais. Em um primeiro momento, discutirei a intervenção em estruturas existentes na cidade para, em um segundo momento, discutir

a produção de uma arquitetura que permita sua apropriação, qualificando uma cidade mais democrática. Como proposta, será desenvolvido um projeto que permita condensar a experiência urbana, democrática por excelência, no edifício de estacionamentos abandonado ao lado da Catedral Metropolitana de Florianópolis. Se já em vida, seu programa ia de encontro com a apropriação e vida urbana na cidade, em seu atual estado de abandono essa ruptura é ainda mais evidente, mas que pela natureza deste trabalho, permite-se sonhar com futuros melhores.

II. DE ARQUITETURAS OBSOLETAS À RESSIGNIFICAÇÃO DAS MESMAS

ii.i. local, objeto e palimpsesto

A cidade de Florianópolis possui particularidades que a difere das demais capitais e regiões metropolitanas do Brasil. Sua urbanização deu-se em uma ilha cuja área central é ocupada por um maciço de morros e áreas de preservação, o que dificultou a concentração de sua população no território. Além disso, devido à maior facilidade do transporte marítimo em relação ao terrestre, facilitou o desenvolvimento de freguesias, que ocasionaram a constituição de aglomerados populacionais distantes uns dos outros, com poucas conexões territoriais.

Entretanto, este fato não impediu a formação de um centro urbano, que persistiu durante a consolidação da malha urbana, estando localizado no ponto mais próximo de comunicação com o continente. Neste local, ao longo do tempo, tem se concentrado o maior número de infraestruturas públicas[1], como serviços de educação, saúde, transporte e praças.

Entretanto, este território vem se constituindo dentro de uma ótica de produção capitalista, com espaços que abarcam trabalho e consumo, mas não permitem, apesar da maior concentração de infraestruturas, o

desenvolvimento de atividades culturais e de lazer públicas, que possibilitariam um usufruto da cidade que se abra ao tempo livre, ao divertimento e ao ócio[2], e as poucas que existem vão aos poucos sendo consumidas dentro dessa agenda de consumo, como o caso do vão central do Mercado Público. O que se preza aqui, portanto, é a utilização ativa do ambiente público, diferente dos programas passivos que configuram hoje a produção cultural na cidade, com suas praças de alimentação gourmetizadas, museus e galerias onde a figura do usuário reduz-se a espectador, com percursos

e atividades controladas. Além da carência de atividades populares, percebe-se a presença de edifícios, tanto de propriedade pública quanto privada, com baixa ocupação ou salas inutilizadas. Alguns se encontram, inclusive, inteiramente abandonados, como o antigo edifício da escola Antonieta de Barros e o edifício de estacionamentos I-Park, que poderiam gerar uma urbanidade que é fundamental para a vivacidade do centro, mas que acabam por ser entregues à especulação e abandono. Diante dessas exposições, fica clara a necessidade da presença de formas

de apropriação do espaço público que quebrem com a lógica neoliberal de funcionamento da cidade. Um caminho possível aponta para repensar esses edifícios ociosos, cuja modificação de seus usos e interação com o meio pode auxiliar na sua ressignificação, proporcionando maneiras de aproveitar a oferta de infraestruturas existentes e conferindo um maior tempo livre na cidade.

ii.ii. por que reutilizar e não demolir?

O primeiro ato de sustentabilidade é não demolir o que não está no fim de sua vida.

Anne Lacaton (2019)[3],
tradução própria.

A constituição das cidades necessita de um maior adensamento para que possa ser efetiva ao gerar urbanidade e convivência social, democratizando o acesso às diferentes classes sociais que foram colocadas à margem do desenvolvimento urbano no último século. Atualmente, porém, o tecido que conforma a cidade se encontra altamente edificado, com uma escassa oferta de lotes vazios ou edifícios onde a demolição seja uma opção viável.

[3] a frase foi retirada do documentário "Grand Parc Bordeaux", de 2019, realizado pela Fundació Mies van Der Rohe para a premiação do EU Mies Award. O vídeo se passa no projeto que consagrou o escritório Lacaton & Vassal com o primeiro lugar da competição, um conjunto de edifícios de moradias populares da década de 60 que concentra mais de 500 unidades. O município, devido ao estado de degradação dos edifícios, planejava sua demolição e a construção de novas unidades. Entretanto, a postura do escritório foi a de reformar as estruturas e ampliar os apartamentos, sem que isso resultasse na remoção dos moradores ou aumento do aluguel, postura que ressalta a preocupação dos arquitetos com o contexto do meio ao qual intervêm.



[1] a conclusão foi elaborada analisando e comparando as informações fornecidas pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), que congrega informações levantadas até o ano de 2022 pelo município e também pelo Censo-IBGE de 2010.

[2] a palavra "ócio", de acordo com o dicionário do Google, traduzido para o português pela Oxford Languages, é caracterizado como substantivo masculino, cujo significado pode ser atribuído como "cessação do trabalho; folga, repouso, quietação, vagar", termos interessantes que são um contraponto a dinâmica da cidade capitalista.



Desta forma, estabelece-se uma relação da produção arquitetônica, para a atualidade, com uma premência de se repensar as estruturas pré-existentes, criando uma racionalidade que opere sobre elas, a fim de evitar a contínua expansão horizontal da malha urbana. Este processo de constituição horizontal do território torna-se muito oneroso, gerando elevados gastos públicos e ambientais para promover a oferta de infraestruturas, além de acarretar em grandes deslocamentos para realizar atividades distintas pelo território, diminuindo o tempo livre e apropriação da cidade.

É importante, assim, promover esse adensamento e que, além disso, ele não se resume apenas à presença de moradia, mas que abarque também uma maior oferta de serviços culturais e de lazer para a população, possibilitando um maior tempo de permanência nos espaços públicos e o fortalecimento de identificação da comunidade com o território.

Essa desejada concentração populacional e disposição de novas atividades em áreas com grande disponibilidade de serviços, portanto, só é racionalmente possível e adequada se promover um diálogo com o reaproveitamento das estruturas ali já existentes. Não pode-se mais aceitar

que seja necessário, para o processo de constituição das cidades, demolir para construir.

Essa questão suscita um diálogo direto com a relevância do papel da sustentabilidade, onde podemos entender que a arquitetura mais sustentável é aquela que já existe. Assim, deve-se compreender que a construção de novos edifícios no lugar de edifícios existentes gera uma onerosa quantidade de resíduos, além de necessitar de uma grande aplicação de trabalho humano e investimento financeiro, presentes tanto no processo de demolição, quanto no processo de construção da nova estrutura. Dessa maneira, faz sentido interpretar a arquitetura, por princípios econômicos e de seu meio, como algo durável, onde não seja esperado seu desaparecimento (MONEO, 1985).

Sendo assim, pensar o reaproveitamento das estruturas já existentes é um dos primeiros caminhos a se tratar sobre sustentabilidade na arquitetura, gesto que se distancia dos tão comuns discursos high-tech que pregam o emprego de alta tecnologia e materiais mais exóticos como único meio para alcançar este objetivo. A capacidade de reuso de edifícios é mais que uma solução possível, é uma solução necessária.

É importante ressaltar que essa discussão não contempla apenas a prática comum, que busca a reintrodução de edifícios de elevado valor histórico na cidade. Abarca, também, as estruturas banais, que são a maior parte constituinte do ambiente urbano e que detêm as funções mais fundamentais para seu funcionamento, configurando a forma da cidade.

O que se busca aqui é uma racionalização do espaço construído e da própria produção arquitetônica, procurando apurar um olhar sob as estruturas do cotidiano, que constituem a cidade e que, deste modo, devem estar aptas a acompanhar seu contínuo processo de mudanças.

BEIRA MAR NORTE

CENTRO CONSOLIDADO

MORRO DA CRUZ

ATERRO DA BAÍA SUL

(a) transporte

- a.1 ponte hercílio luz
- a.2 ponte colombo salles
- a.3 ponte pedro ivo campos
- a.4 terminal rodoviário
- a.5 terminal de integração
- a.6 terminal executivo

(b) educação

- b.1 eeb prof henrique stodieck
- b.2 eeb lauro muller
- b.3 ifsc
- b.3 instituto estadual de educação de santa catarina

(c) saúde

- c.1 laboratório central de saúde pública
- c.2 hospital governador celso ramos
- c.3 hemosc
- c.4 maternidade carmela dutra
- c.5 hospital baía sul

(d) praças

- d.1 parque da luz
- d.2 largo do fagundes
- d.3 praça getúlio vargas
- d.4 praça olívio amorim
- d.5 praça pereira oliveira
- d.6 praça xv de novembro
- d.7 praça tancredo neves



iii.i. entre a arquitetura autêntica e a sofisticação supérflua [4]

A cidade se desenha como um organismo em constante formação, composta por fragmentos distintos de formas, funções e temporalidades, um verdadeiro caos planejado que se define como o desajeitado encontro daquilo que é privado com o que é público, um conjunto de sobreposições e contradições.

Paulo Mendes da Rocha (2017) irá definir essa cidade como a suprema obra da arquitetura enquanto forma de conhecimento, pois é nessa que sua real condição pode ser entendida: ela não é constituída para ser vista, mas para ser vivida[5]. Não pode-se afirmar o desenho ou função da cidade, é preciso compreendê-la como um acontecimento, algo em constante construção e, sendo assim, aberto à imprevisibilidade.

Dessa maneira, pode-se perceber que a arquitetura, fundamentalmente, não configura o término do espaço público mas sim sua potencialização, criando um aspecto de continuidade do mesmo e produzindo novos significados. Como Paulo (2017) comenta, no famoso trecho “da janela vê-se o Corcovado, o Redentor, que lindo”[6], o gesto lírico está na percepção de que o ambiente

adquire sentido maior para nós quando a arquitetura torna-se suporte para a vida que ali se passa.

Nesse caso, podemos entendê-la na posição de elemento de apoio, em que seu real significado está ligado às ações cotidianas da vida atribuídas a ela, que são imprevisíveis e, portanto, impedem sua predeterminação.

O pensamento acima descrito, embora trabalhado em discussões e publicações acadêmicas, parece ser algo incomum ao olharmos a produção arquitetônica contemporânea. Fortemente inserida dentro de uma ótica neoliberal da concepção da cidade, encontra-se dissolvida em meio a fetichismos mercadológicos e estilismo pessoal, questões distantes do contexto territorial e da capacidade das pessoas de se apropriarem dos espaços.

Os edifícios, assim, se portam apenas como monumentos a serem vistos, resumindo seu significado em uma abstração visual, em detrimento de sua real função que é serem vivenciados. Coloca-se um distanciamento daquilo que deveria ser a essência da arquitetura, como supracitado, um suporte para a vida real.

Desta maneira, a produção de novos edifícios hoje pressupõe, em sua maioria, construções desencadeadas pelo crescimento econômico e não

por necessidades espaciais[7]. Isso ocasiona em uma configuração desconexa da realidade local, que não considera as dinâmicas e comunidades que ali existem, ora inserindo elementos que desconfiguram o sentido daquele ambiente, ora destruindo e modificando elementos já fortemente inseridos no contexto e memória local.

Essa questão só pode ser superada se os arquitetos assumirem que, tanto eles quanto as obras que produzem não são capazes de atuar como elementos protagonistas na paisagem. A cidade necessita da arquitetura, mas depende que esta se comporte, de fato, como uma ferramenta de apoio, capaz de auxiliar na transformação do contexto físico e atuar como suporte da vida (MONEO, 1985).

Saber reconhecer em quais medidas a arquitetura é necessária e deve se impor, assim como quando esta deve se abster, pode ser o melhor caminho para conduzir estas questões. Conforme descreve Cuervas-Mons Morató (2011):

Em 1996, Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal foram contratados para contribuir num plano da Prefeitura de Bordeaux em prol do embelezamento de várias praças da cidade. A praça a eles destinada era triangular, com árvores no seu

perímetro, bancos e uma zona reservada para se jogar peteca. Eles visitaram várias vezes a praça e conversaram com os moradores do bairro: “Quando visitamos o lugar pela primeira vez, nos demos conta de que a praça já tinha beleza. Era autêntica e não necessitava de sofisticação supérflua.”

Com essa constatação, indagaram que significado poderia ter a palavra embelezar nesse contexto: trocar o piso, colocar umas luminárias mais modernas, desenhar um mobiliário mais atual? E a conclusão foi de que não havia razão para nada disso, uma vez que a qualidade e o encanto da vida existente ali faziam com que a praça já fosse bela. (MORATÓ, p. 42, 2011)

Neste caso, o reconhecimento do contexto como elemento ordenador aparece como base da produção. O papel do arquiteto, então, se distancia dessa prerrogativa de artista máximo, se comportando de maneira mais lacônica, isto é, reconhecendo que a arquitetura é uma leitura do ambiente e das pessoas que ali vivem, potencializando o cotidiano da vida que ali já existe.

Assim, o local onde este trabalho toma como objeto de estudo, possui em seu

[7] o pensamento é retirado das entrevistas e documentos apresentados pelo pavilhão turco na 18ª Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza, com curadoria do escritório SO? architecture and ideas. A exibição, intitulada Ghost Stories: Carrier Bag Theory of Architecture, visa discutir a questão da produção arquitetônica contemporânea e como lidamos com as infraestruturas abandonadas, abordagem que, embora seja apresentada com casos do território turco, estão presentes em diversos outros países, como o Brasil.

[4] o título deste capítulo é retirado da fala do escritório Lacaton & Vassal sobre o projeto para a praça Léon Aucoc, na França, presente no texto “Não fazer nada, com urgência” de Ion Cuervas-Mons Morató, publicado na revista Piseograma (2011).

[5] é interessante notar que Paulo Mendes da Rocha, em diversas falas para entrevistas e palestras, irá fazer essa observação sobre a arquitetura como elemento para ser vivido e não para ser visto, pensamento que está contido também no livro Essays (1997), de Francis Bacon, que aponta as mesmas questões, mas direcionado às residências, que seriam “feitas para que se viva nelas, não para serem olhadas”.

[6] o trecho, de autoria do compositor Tom Jobim (1960), é citado na entrevista PMR 29’ (2017), e utilizado para exemplificar o raciocínio do arquiteto acerca da qualificação do ambiente pela arquitetura, mantendo essa dissolução entre as diferentes áreas do conhecimento e das artes, que era característico dos discursos de Paulo Mendes da Rocha.



contexto e história uma forte ligação com a manifestação popular. De festas religiosas e populares à apropriação de manifestações políticas, o centro sempre foi palco da criação e construção coletiva, ressignificado diariamente e tomado pelas pessoas.

O projeto, então, deverá atuar em consonância com essas questões ali já existentes, não negando suas características. Reconhecendo nas suas proximidades a presença de um setor cultural, com museus e praças, além de uma rede de educação, com biblioteca e escolas, deve-se buscar a concatenação de todos esses agentes. Dessa maneira, condensa-se as características e agentes da cidade em um edifício, que ao mesmo tempo busca se integrar com o meio, cria dentro de si uma urbanidade própria, que não nega aquilo que existe, mas sim potencializa as relações existentes.

iii.ii. projeto como discurso

Se escritórios como Lacaton & Vassal oferecem perspectivas possíveis para se pensar a relação entre o arquiteto e a prática de encontrar no contexto caminhos possíveis para o projeto, Rafael Moneo (1985), em seu texto “A Solidão dos Edifícios”, oferecerá uma reflexão sobre o distanciamento

do arquiteto em relação à arquitetura enquanto obra construída.

Moneo (1985) irá direcionar, neste contexto, que a arquitetura necessita do suporte da matéria, sendo esta fator sine qua non para sua existência. Desta forma, é na sua constituição como elemento edificado, onde todas as questões físicas e sociais são colocadas à prova, que ela torna-se de fato arquitetura. O pensamento, que não é exclusivo do arquiteto, busca enxergar no edifício construído o momento em que podemos de fato entender os aspectos ali propostos:

O projeto de arquitetura é apenas a pré-história do edifício. Só quando este entra no mundo, é habitado e vivido é que, realmente, começa a sua história. (BRANDÃO, s.d., apud MACIEL, 2019)

O edifício construído deve condensar essas questões, físicas e humanas, na estruturação de seu espaço, ao passo que, assim como uma resposta não adequada às questões físicas acarreta na completa condenação da estrutura, o negligenciamento da variável humana acarreta em uma também, embora diferente, condenação da estrutura, que se desenvolve de um modo mais lento e silencioso, gerando aos poucos

fantasmas que se dissolvem pela cidade e se consolidam como vazios edificadas no imaginário da população. Passamos por edifícios abandonados ou subutilizados e aceitamos, de maneira contraditória, a sua presença em um centro pujante por ocupar espaços. A competência da arquitetura em abarcar, então, essas múltiplas questões é o que irá possibilitar a capacidade autoportante desses edifícios (MONEO, 1985).

Desta forma, é importante perceber e, também, possibilitar, que o edifício possua a possibilidade de se adaptar e se transformar além daquilo que idealizamos. Não deve ser tratado como um elemento engenhoso da mente do arquiteto, cujo qual se torna propriedade imaculada de seu trabalho. É preciso aceitar que, assim que o projeto se concretiza como edifício, passa a atuar em conjunto com a comunidade, sendo constantemente ressignificado, tomando vida própria, criando uma distância entre a obra e o criador, engenhando sua própria realidade (MONEO, 1985).

Não faltam obras na arquitetura moderna brasileira onde a capacidade de se ressignificar pela apropriação das pessoas trouxeram ao objeto construído valores que multiplicam aquilo esperado na etapa de projeto.

Obras como a Marquise do Ibirapuera, projeto idealizado em 1951 por Oscar Niemeyer, ilustram bem o pensamento de Moneo (1985), mas é na fala de Lúcio Costa (1984) sobre a Rodoviária de Brasília que temos seu tom mais emblemático:

Eu caí em cheio na realidade (...) Isto é muito diferente do que eu tinha imaginado para este centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente (...) Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. (...) Na verdade, o sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. (LÚCIO, 1984, apud. BRASIL, 2021)

Reconhecer que o significado da arquitetura, enquanto potencializadora da geração de urbanidade pela apropriação de seus usuários está além do projeto e da imaginação do arquiteto, é o cerne do pensamento de Lúcio Costa (1984), que exemplifica com um caso real - a rodoviária - a crítica tecida por Moneo (1985). Entender na arquitetura a capacidade

de se adaptar e permanecer é o que interessa para esse trabalho. Limitado apenas ao projeto, se configura apenas como um sonho.

O projeto está nesta seara, de discurso, uma conversa entre sonho e realidade, que só existe de fato quando edificado, longe do arquiteto e em contato com a banalidade do cotidiano.

Pode-se concluir, assim, que a arquitetura possui ligação intrínseca com a realidade, a qual a confere sentido e também é produzida em conjunto, sem qualquer figura de ordenação, sujeita apenas às apropriações de seus usuários. Mecanismos de projeto podem ser utilizados para sugerir determinados comportamentos, mas o real processo de apropriação dos edifícios irá se dar sem o controle dos arquitetos, quando a matéria já está ali, edificada, tornando-se, desta maneira, um produto da comunidade.



CONTEXTO



01

02

03

06

07

08

04

05

09

10

20

12

11

22

21

13

14

18

15

16

17

23

- 01 praça do largo do fagundes
- 02 biblioteca pública estadual
- 03 eeb lauro muller
- 04 escadaria do rosário
- 05 colégio coc
- 06 praça getúlio vargas
- 07 colégio bom jesus
- 08 colégio energia
- 09 teatro álvaro de carvalho
- 10 casa da memória
- 11 largo da catedral
- 12 palácio cruz e souza

- 13 praça xv de novembro
- 14 casa da literatura
- 15 museu de florianópolis
- 16 museu victor meirelles
- 17 museu da escola catarinense
- 18 rua hercílio luz
- 19 colégio aplicação
- 20 mercado público
- 21 largo da alfândega
- 22 ticen
- 23 praça fernando machado
- 24 terminal cidade florianópolis

24

19

iv.i. inserção e problemáticas

No intuito de dar forma ao que foi proposto até então e com a preposição de intervir em estruturas abandonadas no centro de Florianópolis, toma-se como objeto de intervenção o edifício de estacionamentos inteligentes I-Park. A sua posição privilegiada, em um eixo de alta densidade urbana e vibrante atividade democrática, tolhido por seu estado de abandono e sua obsolescência construída, possibilita, apesar dos desafios impostos pelo programa restritivo do edifício, a plena exploração dos conceitos abordados. Construído em um terreno pertencente ao estado de Santa Catarina, foi elaborado por um processo de licitação, que ocorreu no ano de 2009, com um contrato de concessão de 30 anos, oferecendo possibilidade de renovação e um aluguel mensal no valor de R\$ 36.500,00 reais (MATHIAS, 2012). De autoria do escritório Schneider Martins Arquitetura, o projeto foi aprovado no início de 2010, para a I-Park Estacionamentos, e iniciou suas atividades em 2016, sendo fechado 5 anos depois, em 2021. Desde seu fechamento ele se encontra abandonado, mas em 2023 o estado declarou o interesse de instalar ali o arquivo público estadual, mas ainda

sem um plano claro sobre o assunto. O terreno possui ligação com dois importantes eixos viários, a Rua Arcipreste Paiva, onde está localizada a Catedral Metropolitana de Florianópolis, e a Rua Trajano, que faz a comunicação do Largo da Alfândega com a Escadaria Nossa Senhora do Rosário, possuindo diversos serviços em sua extensão. Em um dos lados, faz divisa com o edifício da Secretaria da Fazenda, edifício moderno de autoria do arquiteto Wolfgang Rau, enquanto na fachada norte faz divisa com outros dois edifícios mais contemporâneos, o edifício Praça XV, destinado a habitação, com acesso pela Rua Arcipreste Paiva, e o edifício onde funciona o curso pré-vestibular do COC, que possui acesso pela esquina da Rua Trajano com a Rua Vidal Ramos. O edifício existente se divide em dois térreos e oito pavimentos tipo. O térreo acessado pela Rua Trajano compreende uma galeria de lojas, sendo este semi enterrado devido ao desnível entre as duas extremidades. O segundo térreo, que possui acesso pela Rua Arcipreste Paiva, concentra a entrada do estacionamento, com as cabines de elevadores robotizados que dão acesso aos pavimentos tipo. Estes, por sua vez, são conformados com 32

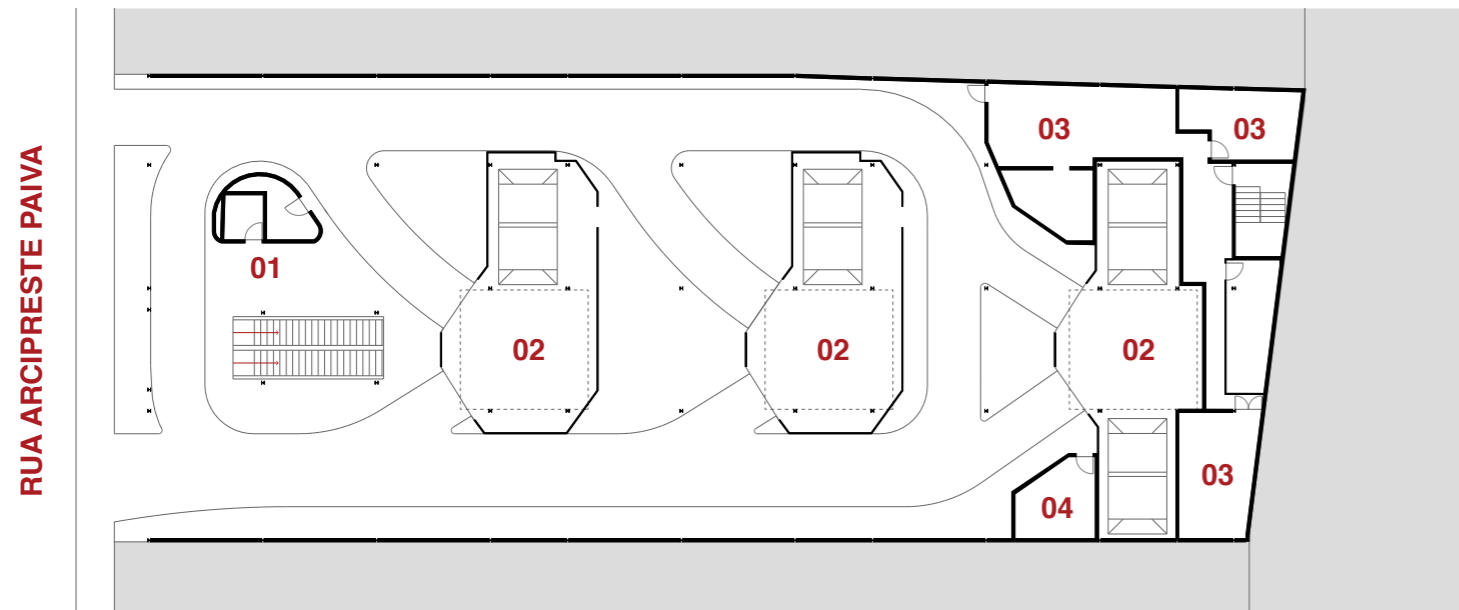
vagas para carros, movimentados pelo pavimento através de uma plataforma que se situa na parte central do edifício. A inserção de um edifício de estacionamentos vertical no centro da cidade vai na contramão de medidas de vitalidade urbana, que visam impulsionar a transformação de centros peatonais, colocando os carros e estacionamentos para as margens do centro consolidado. Isso se eleva ainda mais pelo local inusitado ao qual ele foi instalado - ao lado da Catedral Metropolitana. Se, por um lado, sua natureza programática não corresponde às necessidades urbanas do espaço, criando um grande “depósito” em uma área de alto valor cultural e histórico para a cidade, ele ainda polui visualmente a paisagem, cuja superfície espelhada da fachada destoa dos edifícios de grande relevância histórica que lá existem. Outra questão que se faz contraditória, por assim dizer, é o plano de construir o edifício para desmanchá-lo. Não seria de mau tom se a intenção se resumisse a usar a estrutura para um evento de curta duração, onde esta, já pré dimensionada para o curto tempo de vida, teria um plano de manejo e reaproveitamento, sem qualquer compromisso com a configuração prolongada do espaço

urbano. Entretanto, pela questão da licitação prever os 30 anos de uso, já se pressupõe uma estrutura durável e resistente, que permanece no tempo e configura a cidade, se constituindo como um elemento contraditório a seu destino final - sua demolição-, o que fica ainda mais evidente com a desistência da licitação, deixando a estrutura abandonada. Mesmo após o processo de abandono, sua nova destinação, como arquivo público do estado, ainda não passaria de outro grande depósito, apenas troca o material cujo qual armazenará nos oito pavimentos. Entende-se a importância da função de um arquivo público para a cidade, entretanto, acredita-se que deva ser melhor interpretado os contextos locais, entendendo aquele espaço como naturalmente urbano, que concentra uma série de atividades culturais, feiras, encontros e também atua como palco para reivindicações populares e manifestações. O edifício, portanto, possui potencial para atuar como suporte dessa manifestação democrática que parece ser natural do lugar. Com o devido cuidado, poderia potencializar as diversas dinâmicas existentes ao proporcionar uma gama de atividades que poderiam oferecer um uso mais prolongado do espaço pela população.



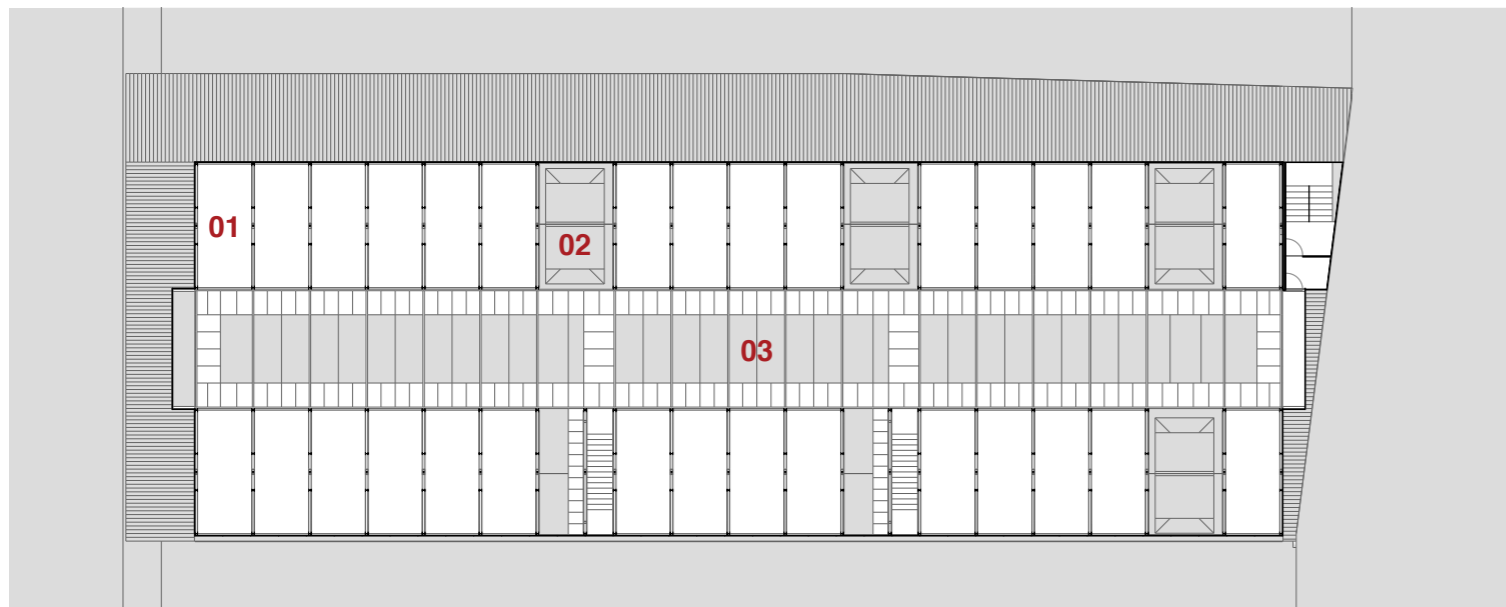
- 01 lojas
- 02 corredor central
- 03 administração
- 04 apoio
- 05 banheiros
- 06 quiosque
- 07 lixo

PLANTA BAIXA - TÉRREO TRAJANO



- 01 recepção
- 02 plataformas elevatórias
- 03 áreas técnicas
- 04 cabine de controle

PLANTA BAIXA - TÉRREO ARCIPRESTE PAIVA



- 01 vagas
- 02 elevadores
- 03 passarela metálica

PLANTA BAIXA - PAVIMENTO TIPO

iv.ii. ponto de partida

É comum, quando se discute a apropriação e o direito à cidade, que as propostas de modificação de edifícios caminhem em direção a projetos de habitação popular. Entretanto, a configuração espacial do edifício[8], atrelado às suas especificidades construtivas[9], inviabilizam o seu uso racional para esta função.

Além disso, deve-se notar que a habitação popular é um problema social, que não pode ser resolvido com apenas um projeto, demandando do poder público o desenvolvimento coletivo e bem estruturado de programas de habitação.

Com este panorama em vista, percebe-se a privilegiada localização do terreno, situado na área central da cidade, que congrega um grande fluxo diário de pessoas, atrelado ao fato da possibilidade de interlocução entre as diversas atividades culturais ali localizadas, como comentado anteriormente, tornando o edifício, pelo contexto da qualidade daquele espaço, um potente condensador urbano cultural para a região, atrelando toda essa urbanidade em um edifício.

A premissa destacada fundamenta-se na questão de levar a cidade para dentro do edifício, baseando-se na exploração

da continuidade do espaço urbano para o interior do projeto, replicando configurações espaciais e ambientais que auxiliem na atribuição do aspecto de domínio público, potencializando a apropriação democrática para o edifício. (MACIEL, p. 63, 2019).

iv.iii. projeto

São dispostas, onde antes existiam as plataformas elevatórias, duas torres com elevadores que garantem acessibilidade para todos os pavimentos. Entre as torres, se desenvolvem rampas que prolongam o aspecto visual de ver e ser visto, gerando também uma urbanidade caminhável pelo projeto. Na torre mais próxima da Rua Arcipreste Paiva, estão localizados os sanitários e a escada de emergência, enquanto na outra, que se abre para a Rua Trajano, foi alocado a saída das rampas, proporcionando um grande hall de observação do espaço de dentro e fora do edifício.

Nos térreos, definiu-se um programa mais aberto, sem atividades demarcadas, atribuindo características semelhantes a de uma praça pública, permitindo ser apropriado e modificado conforme necessário, podendo alocar exposições temporárias ou apenas oferecer opções de ócio pela cidade.

Ainda, no térreo localizado na Trajano, pela característica de subsolo, foram alocados também áreas mais técnicas que dão suporte ao programa e à cidade, como a reserva técnica e o bicicletário.

Nos pavimentos, para configurar os espaços, foi utilizado uma estrutura em CLT para conformar as paredes e lajes, que proporciona uma construção mais limpa e leve, adequada às condicionantes específicas de espaço e estrutura do edifício existente[10].

Para seu programa, desenvolveu-se um circuito cultural e educativo. Galerias de arte espalhadas pelos pavimentos, ora com desenho mais específico ora com desenho mais livre e adaptativo, permitem ao mesmo tempo a existência de um acervo próprio como também de produções temporárias. Atrelado ao programa das galerias, oficinas oferecem esse suporte para a produção, permitindo ao mesmo tempo a difusão de aprendizado quanto também a cadeia produtiva ocorrendo no mesmo edifício, sem distanciar a produção da obra final.

A existência de uma biblioteca com espaço de estudos, visualmente conectada com a praça elevada, permite uma conexão com as escolas e bibliotecas da região, potencializando programas de aprendizado para a



população.

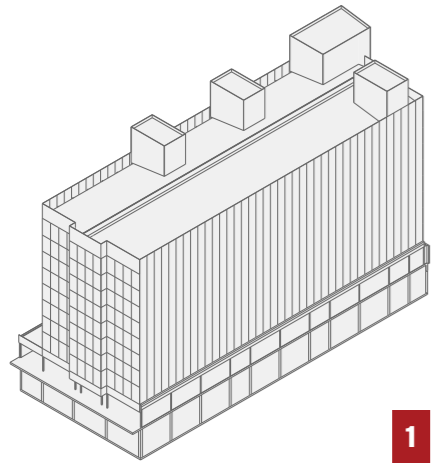
O auditório permite o acontecimento de palestras e cursos, mas também dá suporte a outros tipos de apresentações, como teatros, dança e música. De maneira mais disruptiva, faz-se também o resgate dos antigos cinemas de rua, projetando na grande empena na cobertura um cinema à luz das estrelas.

Entende-se que essa postura, ao se distanciar de uma rígida definição programática e funcional, configura e replica a experiência da cidade, conformada por espaços múltiplos onde suas funções e ambiências estão sujeitas ao imprevisto, à apropriação e produção de sentido livres e democráticas. Dessa maneira, optar pela configuração de um edifício cuja função restrita é destituída, dando lugar a espaços que potencializam diferentes direcionamentos, introduz na dinâmica do projeto um caráter urbano, permitindo-se sonhar com um futuro diferente deste que vemos sendo construído, projetando nossas esperanças numa cidade plural e democrática.

[10] parte da estrutura foi suprimida para adequar novos vãos, e reaproveitada nas áreas de infraestrutura que cresceram para além do desenho existente dos pavimentos. Onde houve a supressão pontual de estrutura, como os ambientes de pé direito duplo, como a galeria, o auditório, a biblioteca e as oficinas, previu-se o reforço estrutural dos elementos, com novas camadas de aço nos pilares e vigas. Ainda, existe no projeto original uma série de contraventamentos, que não foram trabalhados neste projeto, pois exigiria um aprofundamento que não era o foco da discussão aqui trabalhada. Para isso, tomou-se como provável o dimensionamento mais exagerado da estrutura original dada às características específicas do programa: plataformas elevatórias e passarelas motorizadas levando carros de um lado para o outro nos 8 pavimentos, ao mesmo tempo, gerando uma carga de esforços dinâmicos expressiva, que não seria reproduzida no novo programa. Além disso, a presença das torres atua também como contraventamento da estrutura original.

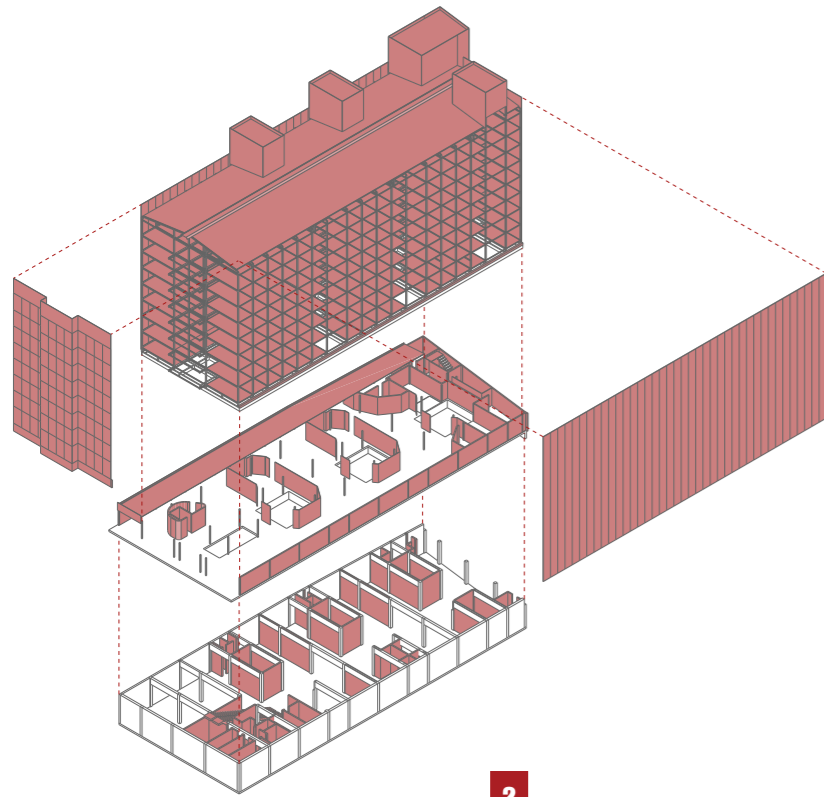
[8] suas características geradas pela implantação em um lote estreito e comprido, cercado por duas empenas nas laterais, com pouca área de fachada para a cidade, impedem um bom aproveitamento para um edifício em altura em levar iluminação e ventilação naturais para seu interior.

[9] sua estrutura é extremamente rígida e está modulada para atuar como vagas de garagem. Vãos de 2,67 x 5,80 metros se distribuem por todo o corpo da estrutura, atrelado ainda ao pé direito baixo, com 2,50 metros de altura, inviabilizando o desenvolvimento de uma moradia nessa estrutura.



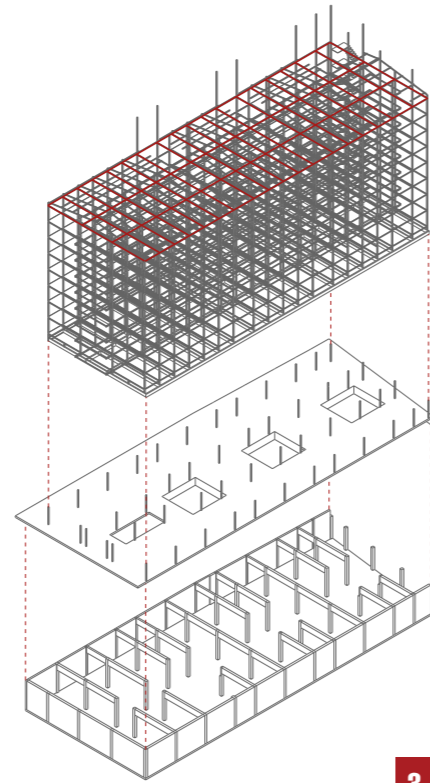
[1] edifício de estacionamento, com sua volumetria e vedações atuais

1



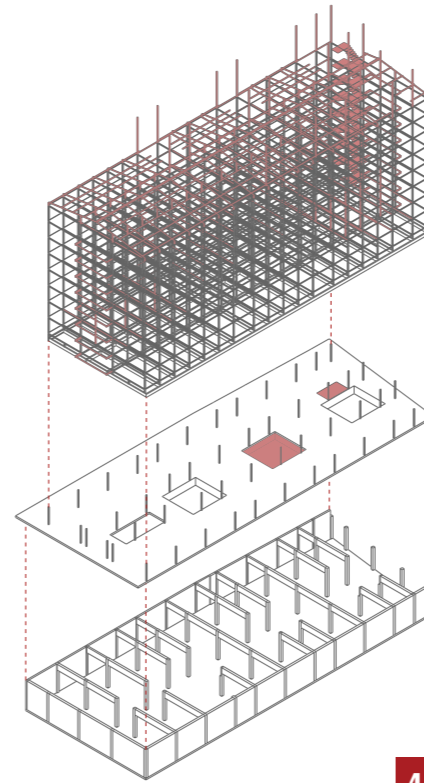
[2] subtração das vedações e elementos leves que delimitavam a forma e características do edifício ao seu programa específico

2



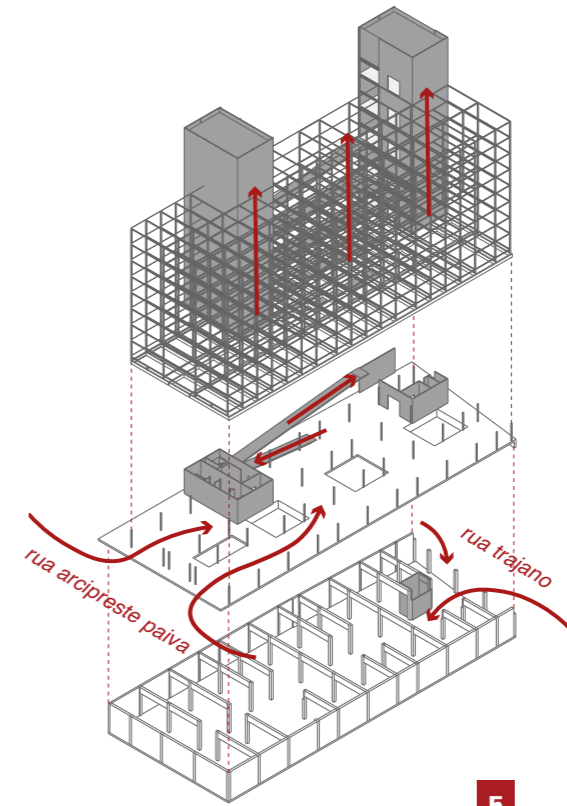
[3] reconhecimento da malha estrutural principal existente, sendo 2,67 x 5,80 metros nas vagas e 3,63 x 5,80 metros nos elevadores

3



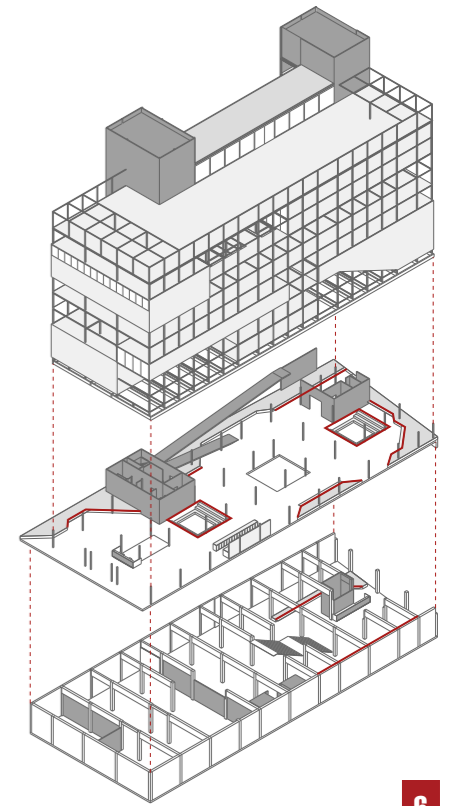
[4] subtração pontual da estrutura para adequar aos novos ambientes e infraestruturas, decorrente do pé direito baixo da estrutura existente (2,5 metros) e da curta distância entre os pontos de apoio, além de características específicas do programa anterior

4



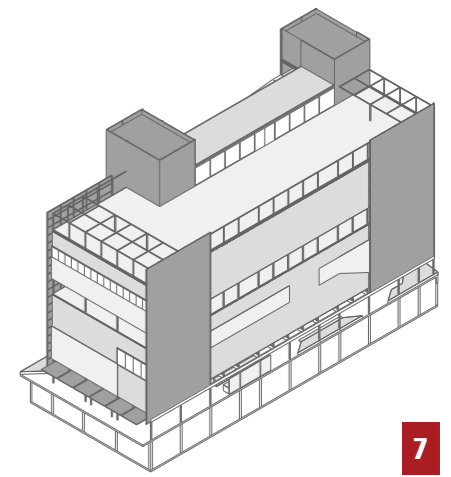
[5] inserção dos espaços infraestruturais do novo edifício, respeitando a modulação estrutural existente, gerindo os fluxos do projeto

5



[6] inserção dos novos espaços do edifício, onde nos térreos são posicionados espaços de lazer e descanso para conformar os fluxos previstos, e nos pavimentos são encaixadas na estrutura elementos em CLT que conformam caixas que servirão de anteparo para as atividades

6



[7] volumetria final do edifício proposto

7

- 01 depósito / arquivo
- 02 reserva técnica
- 03 bicicletário
- 04 vestiários
- 05 hall elevador
- 06 recepção
- 07 acesso térreo arcipreste paiva
- 08 café



PLANTA BAIXA - TÉRREO TRAJANO



- 01 recepção
- 02 banheiros
- 03 hall elevador
- 04 café

- 05 acesso térreo trajano
- 06 acesso rampas
- 07 banheiro pcd
- 08 depósito



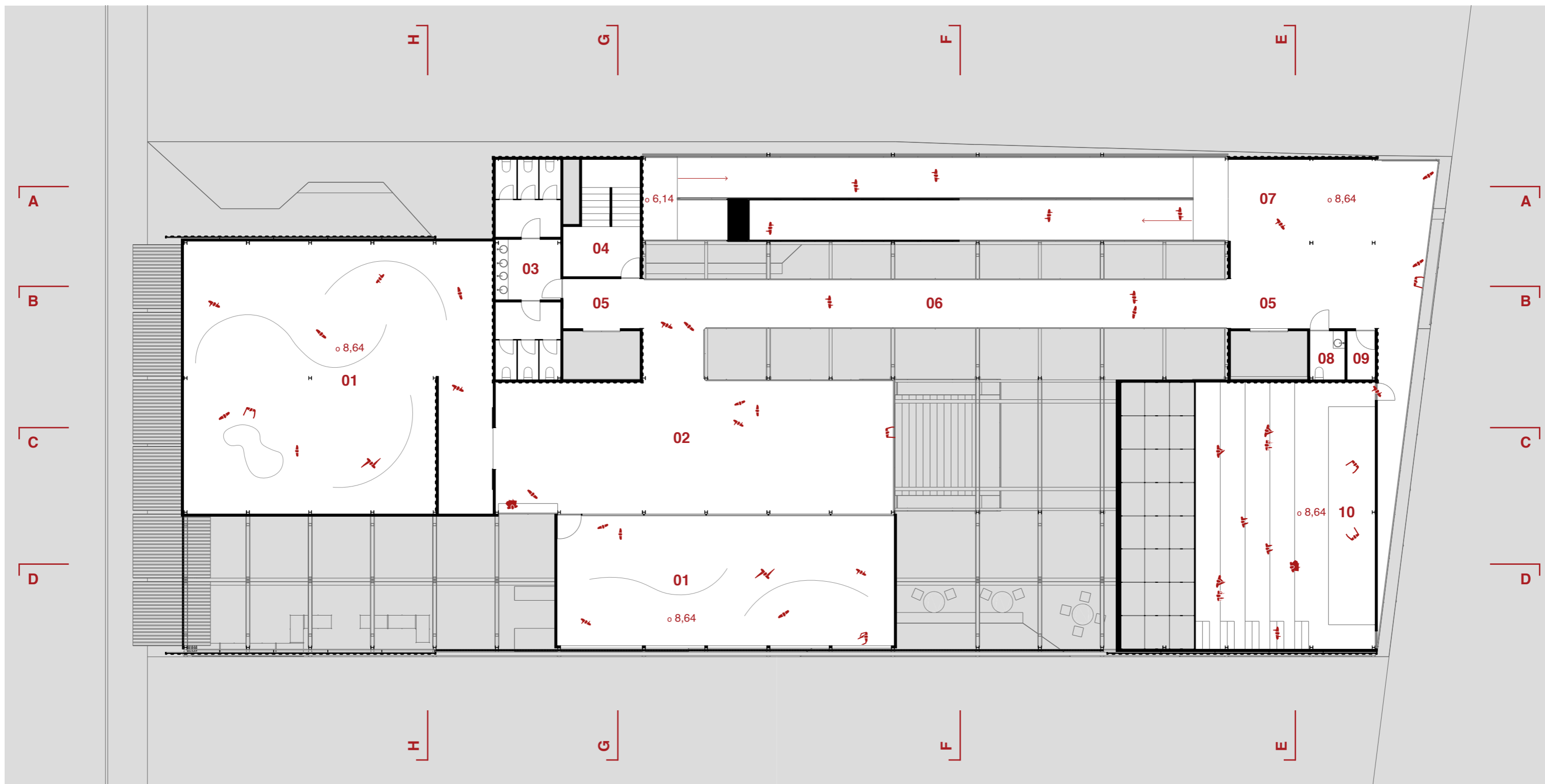
PLANTA BAIXA - TÉRREO ARCIPRESTE PAIVA



- 01 galeria de arte
- 02 galeria pátio
- 03 banheiros
- 04 escadas

- 05 hall elevadores
- 06 circulação
- 07 acesso rampas
- 08 banheiro pcd

- 09 depósito
- 10 palco auditório



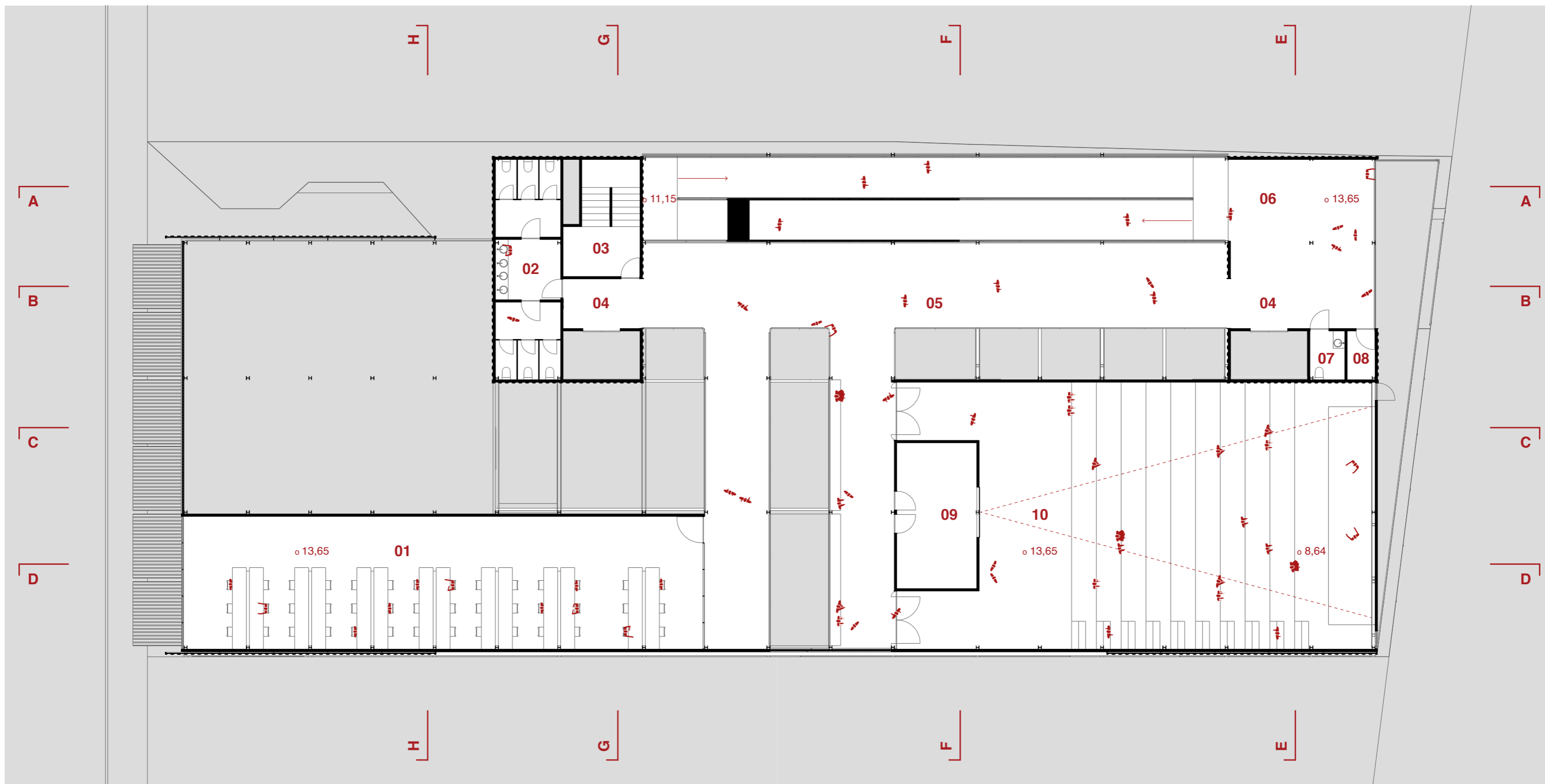
PLANTA BAIXA - PRIMEIRO PAVIMENTO



01 administração
 02 banheiros
 03 escadas
 04 hall elevadores

05 circulação
 06 acesso rampas
 07 banheiro pcd
 08 depósito

09 sala técnica auditório
 10 auditório

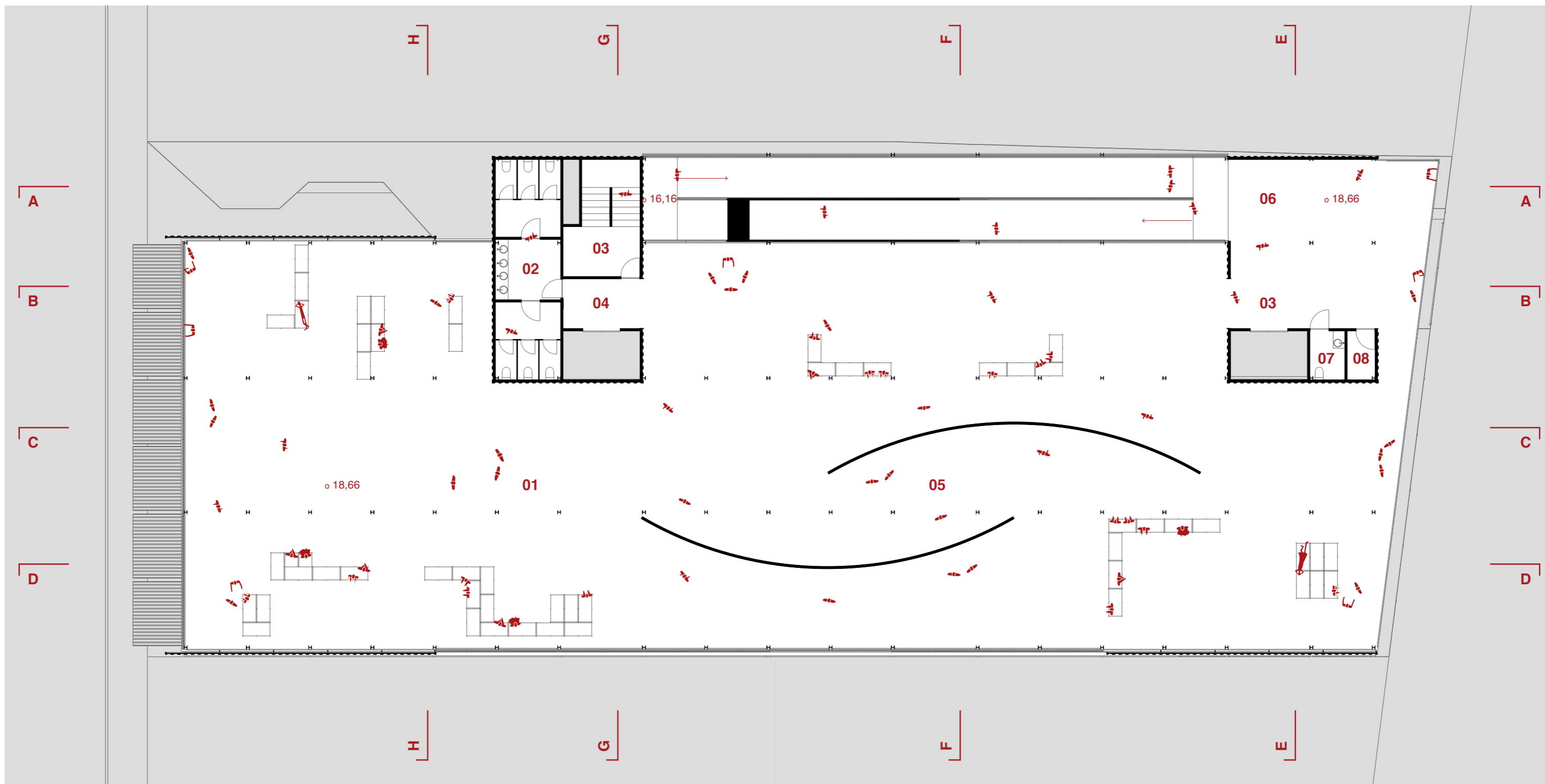


PLANTA BAIXA - SEGUNDO PAVIMENTO



- 01 praça elevada
- 02 banheiros
- 03 escadas
- 04 hall elevadores

- 05 galeria da praça
- 06 acesso rampas
- 07 banheiro pcd
- 08 depósito



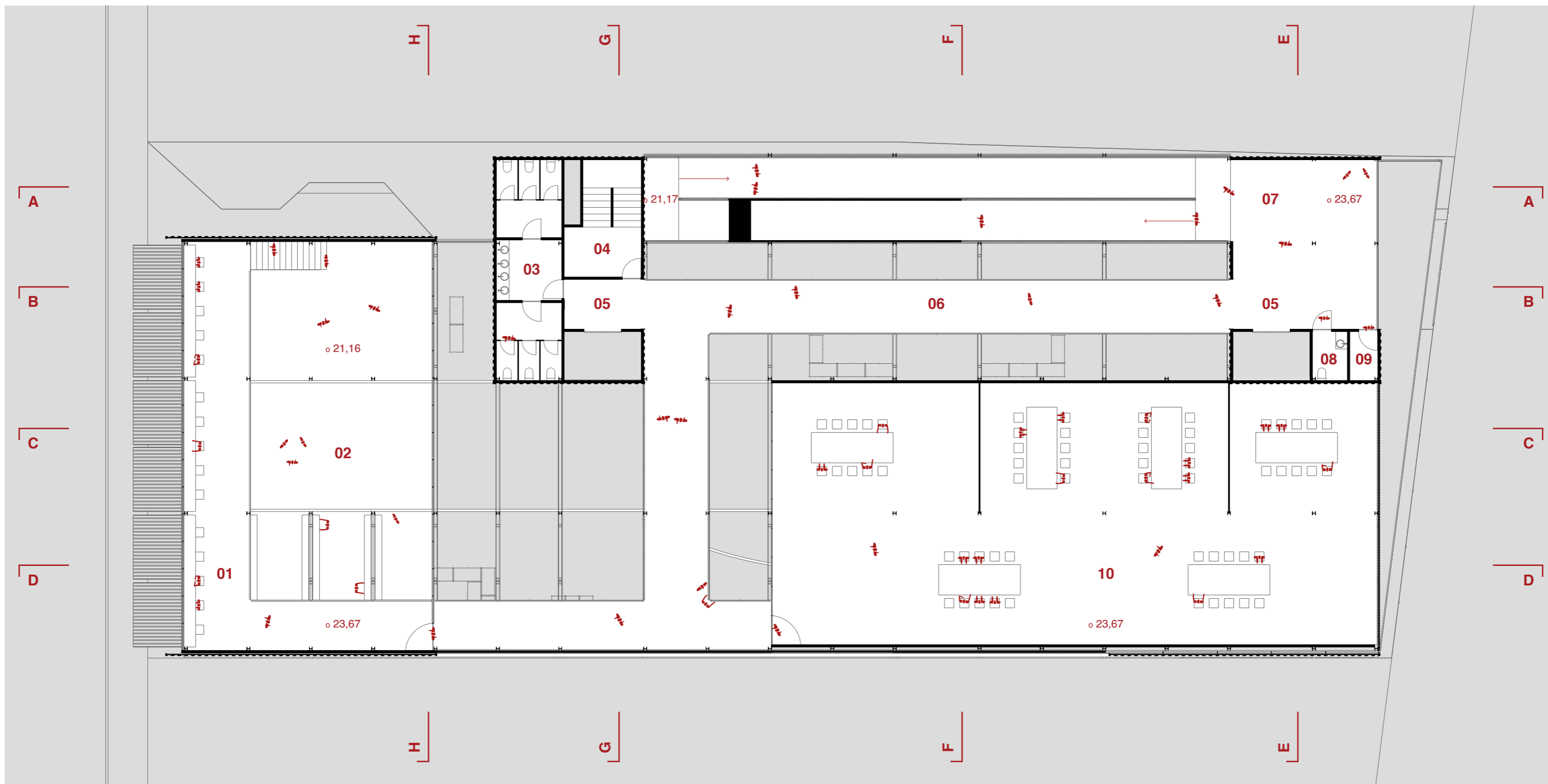
PLANTA BAIXA - TERCEIRO PAVIMENTO



- 01 sala de estudos
- 02 biblioteca
- 03 banheiros
- 04 escadas

- 05 hall elevadores
- 06 circulação
- 07 acesso rampas
- 08 banheiro pcd

- 09 depósito
- 10 oficinas



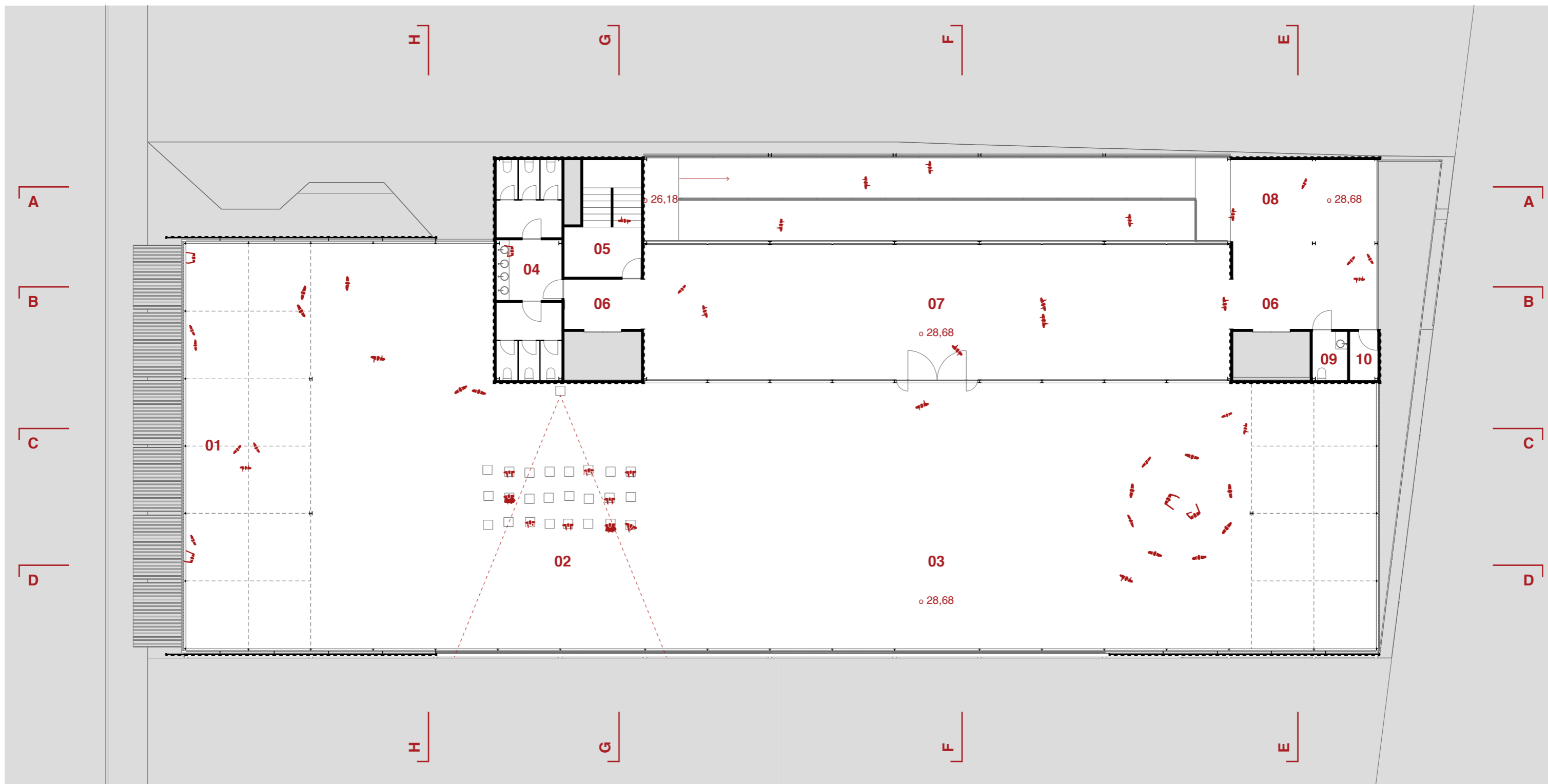
PLANTA BAIXA - QUARTO PAVIMENTO



- 01 mirante
- 02 cinema na empina
- 03 práticas livres
- 04 banheiros

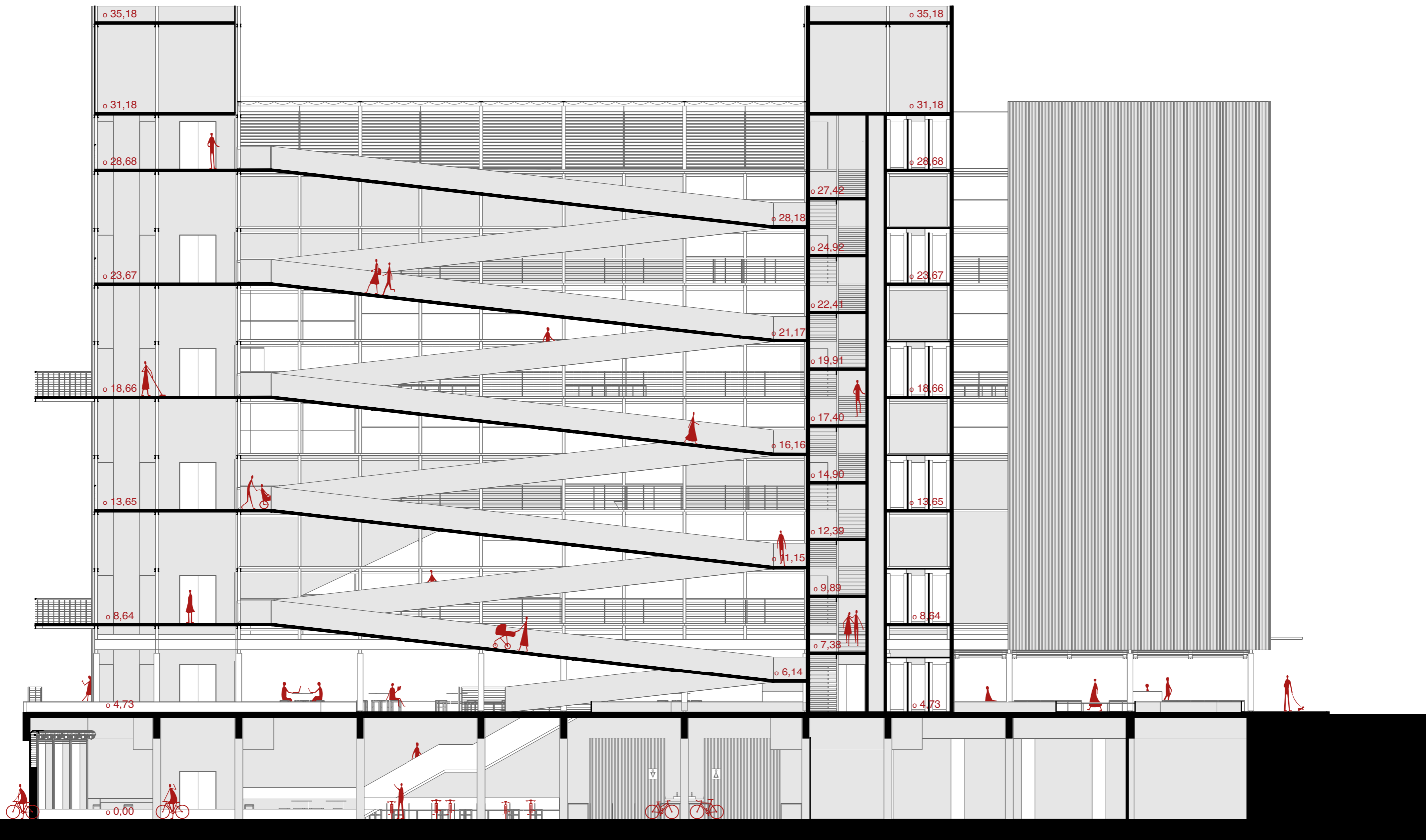
- 05 escadas
- 06 hall elevadores
- 07 confraternização / eventos
- 08 acesso rampas

- 09 banheiro pcd
- 10 depósito



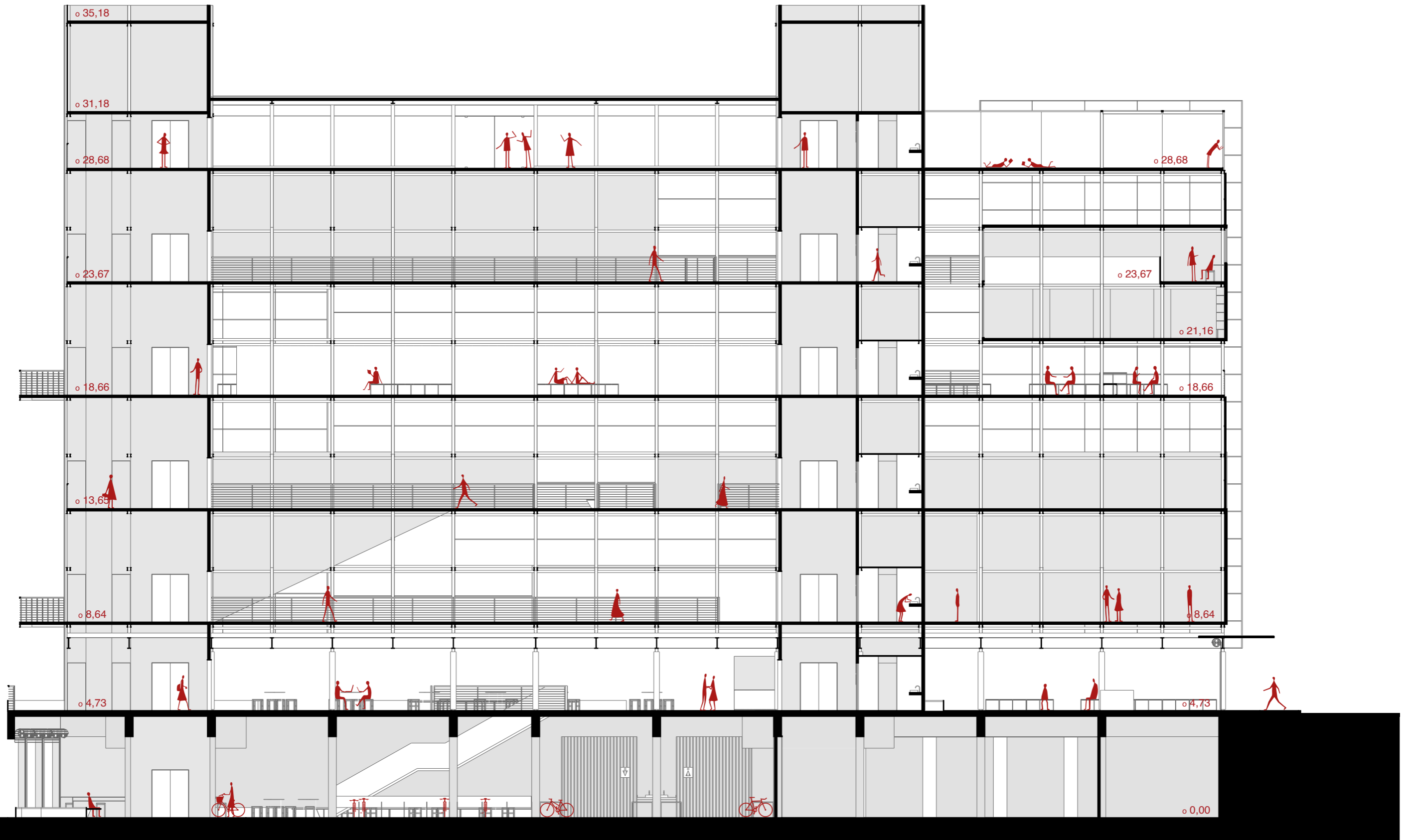
PLANTA BAIXA - COBERTURA





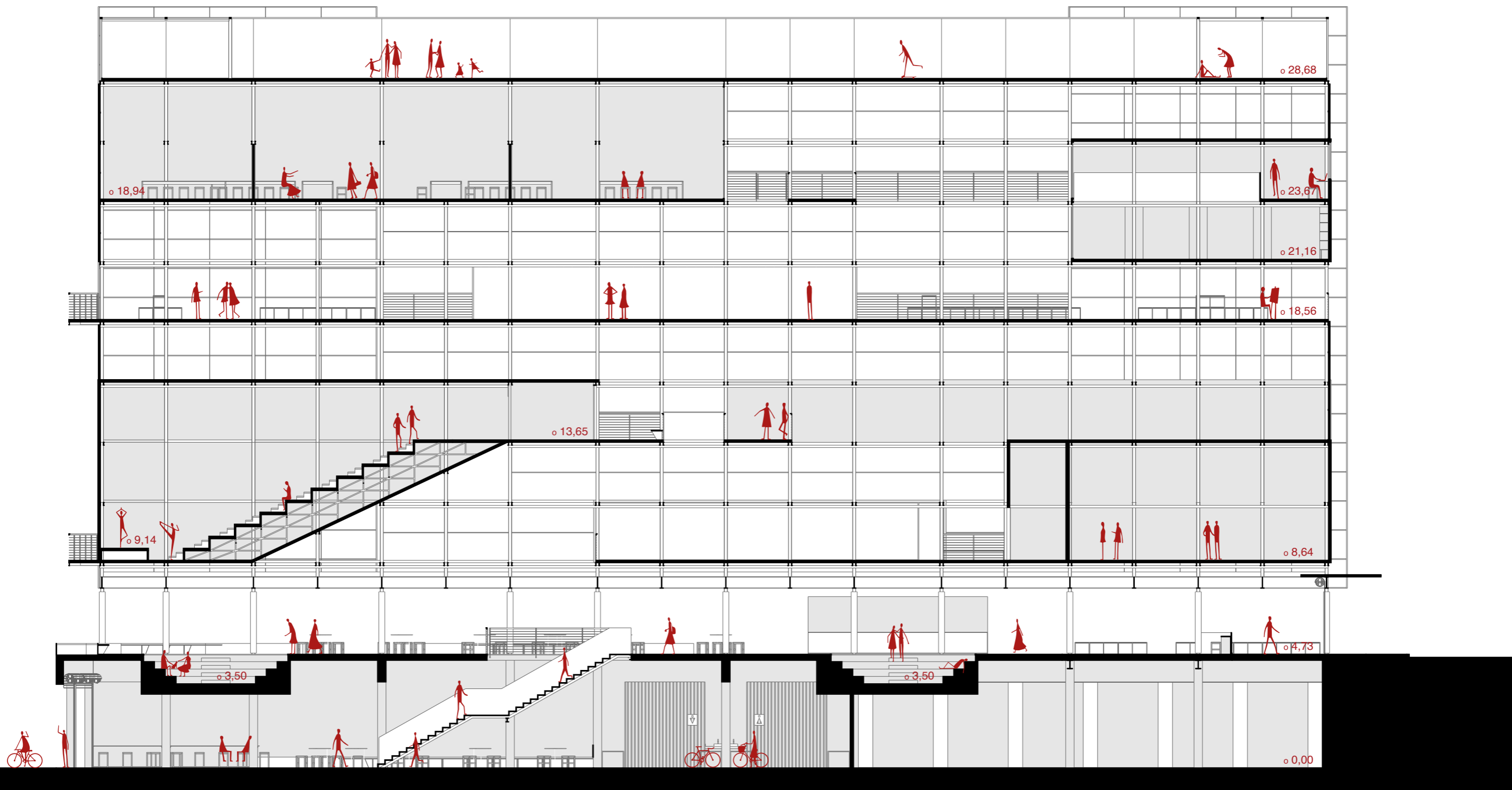
SEÇÃO LONGITUDINAL A





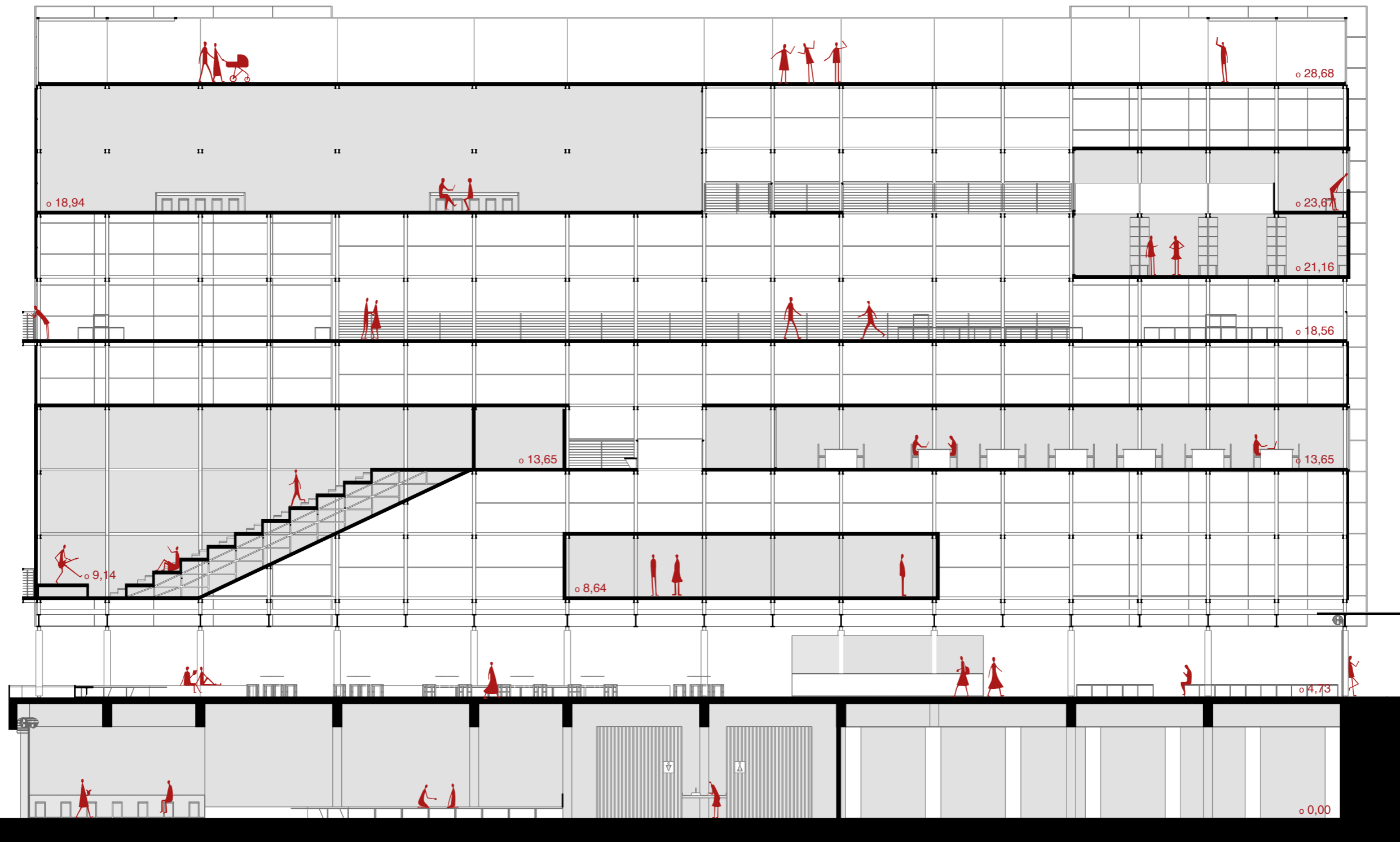
SEÇÃO LONGITUDINAL B





SEÇÃO LONGITUDINAL C





SEÇÃO LONGITUDINAL D



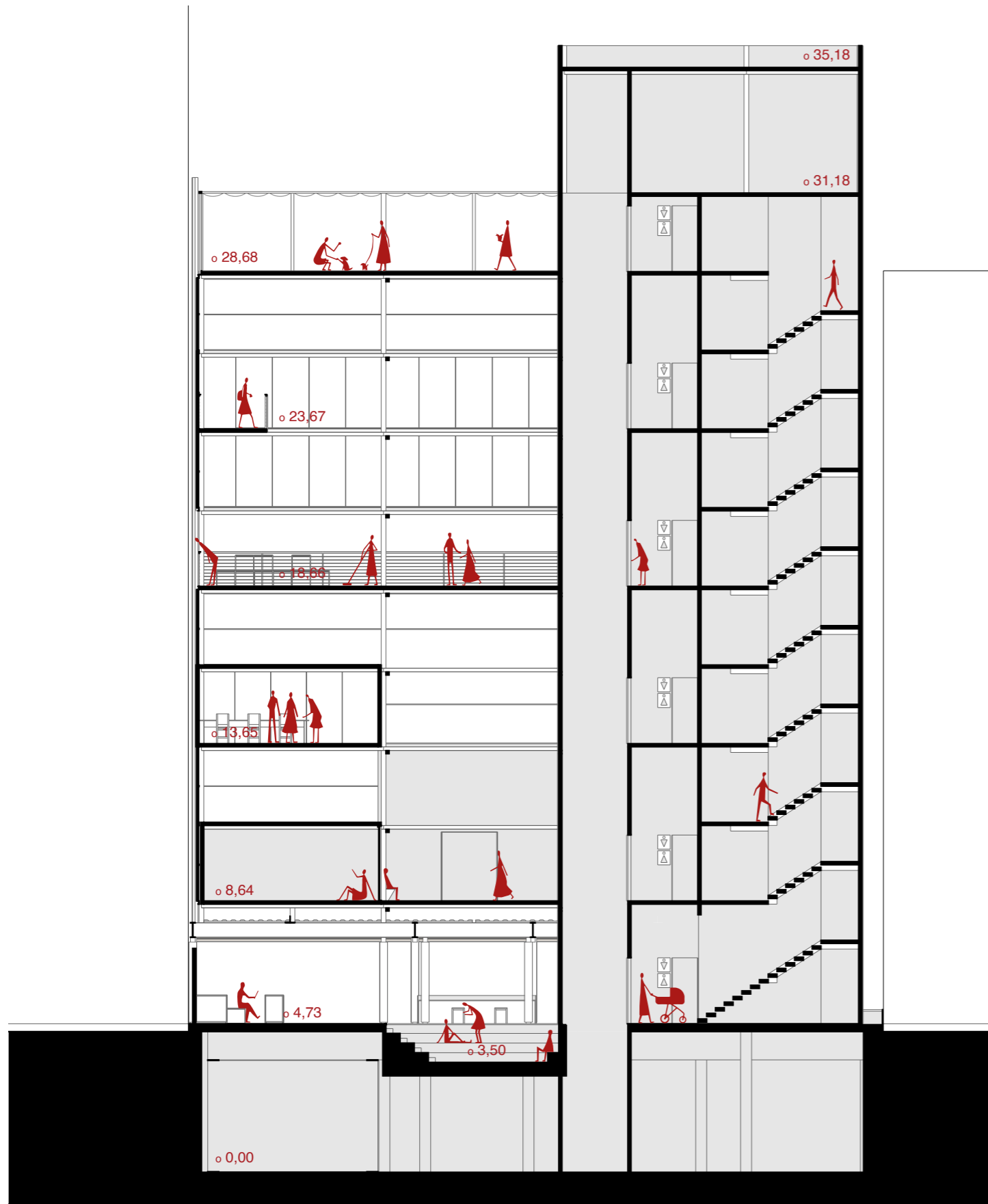


SEÇÃO TRANSVERSAL E

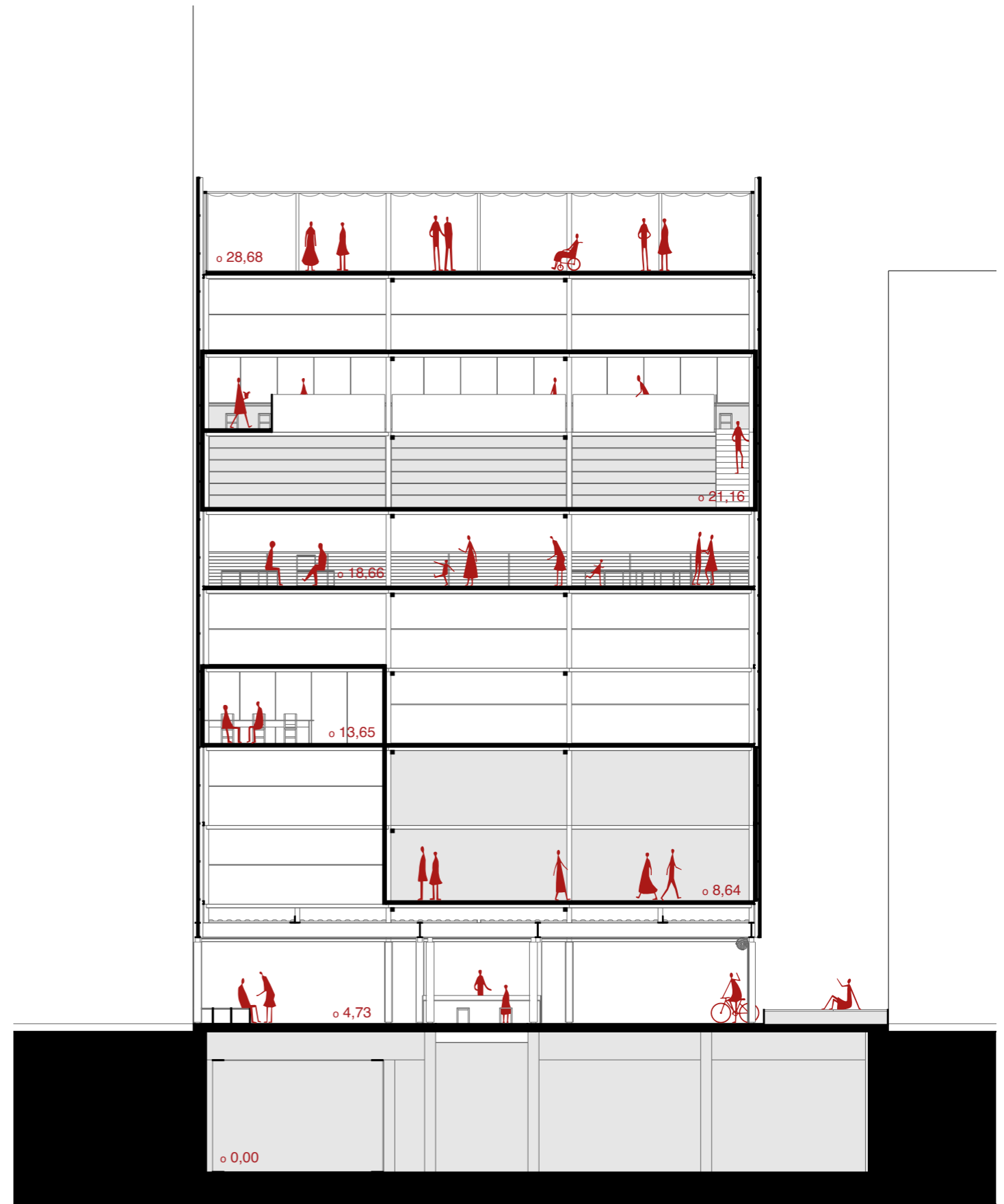


SEÇÃO TRANSVERSAL F





SEÇÃO TRANSVERSAL G



SEÇÃO TRANSVERSAL H





fachada rua arcepreste paiva

largo da catedral



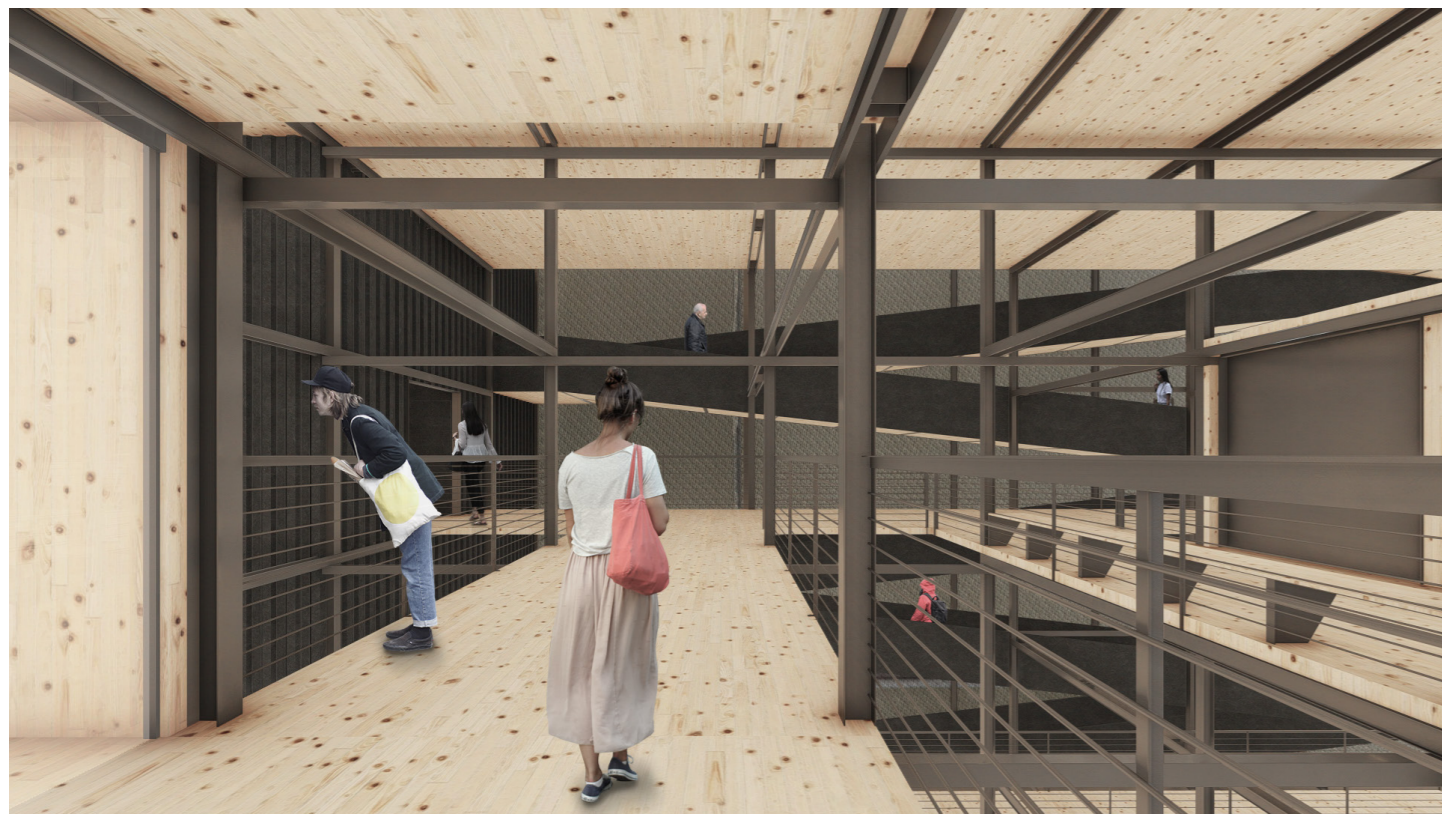
térreo rua arcipreste paiva

acessos escadaria, rampas e elevadores



terceiro pavimento

praça elevada vista para biblioteca e catedral



segundo pavimento

vista rampas e integração visual



cobertura

cinema na empena

fotografias

Todas as fotografias presentes neste trabalho são de autoria e edição do autor.

textos consultados

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Caminhos da Arquitetura**. 4. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

BRASIL, Alexandre et al. **Utopias da Vida Comum: Pavilhão do Brasil**, 2021. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2021. Disponível em: https://issuu.com/bienal/docs/2107miacatalogo_pt-br_fg. Acesso em: 25 nov. 2023

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **Arquitetura como Infraestrutura: Estratégias de Projeto**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Miguilim, 2019.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **Arquitetura como Infraestrutura: O Efeito Colateral da Arquitetura Moderna Brasileira**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Miguilim, 2019.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **Arquitetura como Infraestrutura: Teoria**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Miguilim, 2019.

MORATÓ, Ion Cuervas-Mons. Não fazer nada, com urgência. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 2, p. 42-43, abr. 2011.

MONEO, Rafael. **The Solitude of Buildings**, Aula Magna, Kenzo Tange Visiting Professor Chair, Harvard University Graduate School of Design, 1985. Primeira edição em português. Tradução: Igor Fracalossi (2013).

ROCHA, Paulo Mendes da; VILLAC, Maria Isabel. **América, Cidade e Natureza**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2021.

vídeos consultados

Carlos Alberto Maciel - X Seminário Internacional: Tempo Livre na Cidade. São Paulo: Escola da Cidade, 2015. (44 min.), Digital, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CmyVN7A0hJo>. Acesso em: 20 out. 2023.

GRAND PARC BORDEAUX. Realização de Fundació Mies van Der Rohe. Espanha: Nihao Films, 2019. (11 min.), Digital, son., color. Legendado. Série Arquitectura. Disponível em: <https://www.nihaofilms.com/arquitectura/>. Acesso em: 15 out. 2023.

In conversation with SO?, Curators for the Pavilion of Türkiye at the 2023 Venice Biennale. Realização de Archdaily. [S.l.]: Archdaily, 2023. (09 min.), Digital, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9sf9ykHmsxA>. Acesso em: 20 out. 2023.

PMR 29': vinte e nove minutos com Paulo Mendes da Rocha. Produção de Catherine Otondo, João Sodré, Michel Gubeissi. Roteiro: Carolina Gimenez, Catherine Otondo, João Sodré, José Paulo Gouvêa, Juliana Braga. São Paulo: lab-Sp, 2010. (30 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Up2u9qS38rE&t=1549s>. Acesso em: 16 nov. 2023.

Sol Camacho | Escrever entre linhas, construir entre existências. São Paulo: Escola da Cidade, 2024. (60 min.), Digital, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MDJ6ATtNBLE>. Acesso em: 5 maio 2024.

notícias consultadas

Edifício-garagem robotizado começa a operar em Florianópolis. G1 Santa Catarina, Florianópolis, 13 nov. 2015. Disponível em: <https://glo.bo/1WWq7SZ>. Acesso em: 11 out. 2023.

MATHIAS, Leticia. Edifício garagem será inaugurado em Florianópolis em julho com espaço para 256 veículos. ND+, Florianópolis, 26 jun. 2012. Notícias. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/edificio-garagem-sera-inaugurado-em-florianopolis-em-julho-com-espaco-para-256-veiculos/>. Acesso em: 10 out. 2023.

RAVENSROFT, Tom. Turkey presents Ghost Stories of abandoned buildings at Venice Architecture Biennale. Dezeen, Inglaterra, 25 mai. 2023. Disponível em: <https://www.dezeen.com/2023/05/25/turkey-pavilion-venice-architecture-biennale-2023/>. Acesso em: 19 out. 2023.

SILVA, Anderson. Prédio do primeiro estacionamento robotizado do Brasil será a nova sede do Arquivo Público de SC. NSC Total, Florianópolis, 02 jul. 2023. Colunas. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/anderson-silva/predio-do-primeiro-estacionamento-robotizado-do-brasil-sera-a-nova-sede-do-arquivo-publico-de-sc>. Acesso em: 10 out. 2023.

sites consultados

FLORIANÓPOLIS. PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Geportal. Disponível em: <https://geo.pmf.sc.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SEVINCE BAYRAK e ORAL GÖKTAS (Turquia). Curadores (org.). Ghost Stories: carrier bag theory of architecture. 2023. Comissionada por Istanbul Foundation for Culture and Arts (İKSV). Disponível em: <https://turkiyepavilion23.iksv.org/team>. Acesso em: 14 set. 2023

desenhos consultados

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (Florianópolis, SC). Projeto nº 58360: SITUAÇÃO E IMPLANTAÇÃO. Fevereiro de 2010. Projeto aprovado. SM. Schneider I Martins Arquitetura.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (Florianópolis, SC). Projeto nº 58360: PLANTA DO BOULEVARD COMERCIAL. Fevereiro de 2010. Projeto aprovado. SM. Schneider I Martins Arquitetura.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (Florianópolis, SC). Projeto nº 58360: PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO I-PARK. Fevereiro de 2010. Projeto aprovado. SM. Schneider I Martins Arquitetura.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (Florianópolis, SC). Projeto nº 58360: PLANTA DOS NÍVEIS DE ARMAZENAMENTO. Fevereiro de 2010. Projeto aprovado. SM. Schneider I Martins Arquitetura.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (Florianópolis, SC). Projeto nº 58360: FACHADAS FRONTAL E FUNDOS. Fevereiro de 2010. Projeto aprovado. SM. Schneider I Martins Arquitetura.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (Florianópolis, SC). Projeto nº 58360: FACHADA LATERAL SUL. Fevereiro de 2010. Projeto aprovado. SM. Schneider I Martins Arquitetura.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (Florianópolis, SC). Projeto nº 58360: CORTE A. Fevereiro de 2010. Projeto aprovado. SM. Schneider I Martins Arquitetura.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (Florianópolis, SC). Projeto nº 58360: CORTE B. Fevereiro de 2010. Projeto aprovado. SM. Schneider I Martins Arquitetura.

